



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

*Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020*

<b>TOTAL DE MEDIDAS APRESENTADAS PELA FIERGS</b>	<b>70</b>	<b>100%</b>
<b>MEDIDAS ADOTADAS</b>	27	39%
<b>MEDIDAS PARCIALMENTE ADOTADAS</b>	20	28%
<b>MEDIDAS NÃO ADOTADAS/PENDENTES</b>	23	33%



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

		PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO FEDERAL	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	1	Diferimento, por 90 dias, do pagamento de <b>todos os tributos federais</b> , incluindo as contribuições previdenciárias.	Adotou parcialmente	Resolução CGSN nº 152, de 18/03/20; MP nº 927, de 22/03/20; Decreto nº 10.305/20, de 01/04/2020; Resolução CGSN nº 154, de 03/04/20; Portaria ME 139 de 03/04/2020; Portaria ME 150 de 08/04/2020.	Adiados tributos e contribuições do Simples Nacional e FGTS, por 90 dias. PIS/Cofins, Contribuição Patronal Previdenciária, CPRB, FUNRURAL e Contribuição Patronal, por 60 dias. Isenção do IOF-Crédito por 90 dias.
	2	Ampliar o rol dos tributos federais com pagamento adiado, com inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto sobre Produtos Industrializados, por 90 dias	Pendente de análise		
	3	Parcelamento, em pelo menos 6 meses, sem incidência de multas e juros, do pagamento do valor dos tributos que tiverem o recolhimento adiado	Adotou parcialmente	MP 927, DE 22/03/2020	Pagamento parcelado do FGTS (em até seis parcelas mensais, com vencimento no sétimo dia de cada mês, a partir de julho de 2020).
	4	Instituir a retroatividade dos prejuízos fiscais registrados no período de calamidade pública, com a possibilidade de serem compensados com lucros auferidos nos últimos 2 anos, gerando restituição de IRPJ e CSLL	Pendente de análise		



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

TRIBUTAÇÃO	5	Flexibilização das restrições de quitação de débitos tributários federais via compensação com créditos de impostos e autorização de monetização/aproveitamento total de prejuízos fiscais existentes, seja para quitação de débitos próprios de tributos ou transferência entre empresas	Pendente de análise		
	6	Adiamento da entrega da declaração do Imposto de Renda	Adotou parcialmente	IN RFB 1.930, de 01/04/20 – adiado apenas para pessoa física	Prorrogado para 30 de junho o prazo final para pessoa física.
	7	Prorrogação, por 90 dias, do prazo para apresentação das obrigações acessórias das empresas, com o objetivo de reduzir o trabalho não ligado diretamente à produção nas empresas, diminuindo a necessidade de pessoal nas suas instalações	Adotou parcialmente	Resolução CGSN 153, de 25/03/20 e Instrução Normativa SERFB nº 1.932, DOU de 3 de abril de 2020	Adiadas as entregas da Defis (Simples Nacional); da DASNSimei (Microempreendedores Individuais); da DCTF e da Escrituração Fiscal Digital (Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e EFD- Contribuições)
	8	Suspensão, pelo prazo de 90 dias, de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal	Adotou	Portaria ME 103, de 17/03/20	Suspende o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial e a instauração de novos procedimentos
	9	Estender o prazo do mandato de administradores das sociedades limitadas, suspender o prazo para realização de assembleia geral ordinária e eliminar ou postergar a obrigatoriedade do prazo	Adotou	MP 931, DOU de 31 de março de 2020	



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

		de publicar balanços auditados e parecer dos auditores independentes			
	<b>10</b>	Adiar o pagamento, por 90 dias, sem multa e juros, de parcelas de programas de refinanciamento de dívidas dos contribuintes com a União	<b>Adotou Parcialmente</b>	Portaria 103 do ME, de 17/03/20; Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20; Portaria PGFN 10.205 de 22/04/20.	Suspende procedimentos de rescisão de parcelamentos por inadimplência e abre transação extraordinária com primeira parcela a ser paga em jun/20
<b>TRIBUTAÇÃO</b>	<b>11</b>	Suspensão das obrigações e penalidades relacionadas ao cadastramento da Operação de Transporte e geração do Código de Identificação da Operação de Transporte – CIOT, suspenso por prazo indeterminado	<b>Adotou</b>	Resolução ANTT nº 5.876, DOU de 23 de março de 2020	
	<b>12</b>	Suspensão dos prazos de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de defesas administrativas e recursos perante o CARF	<b>Adotou</b>	MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 103, de 17/03/20, Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20 e Portaria ME/CARF 8.112, de 20/03/20	Suspende prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos tributários (CARF), trabalhistas e de débito de FGTS e de cobrança da dívida ativa da União
	<b>13</b>	Realizar o pagamento imediato dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de tributos federais (PIS/Cofins e IPI) já homologados pela Receita Federal do Brasil e reduzir, de 360 dias para 90 dias, o prazo para a análise dos pedidos de ressarcimento e compensação de saldos credores de tributos federais pela Receita Federal do Brasil	<b>Pendente de análise</b>		



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

	<b>14</b>	Estender o prazo para entrega do Formulário Eletrônico do MCTIC (FORMPD) por parte das empresas que tenham realizado projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em 2019 e que buscam enquadramento nos benefícios previstos na Lei do Bem (Lei 11.196/2005)	<b>Pendente de análise</b>		
<b>CRÉDITO</b>	<b>15</b>	Divulgar os bancos que operam a linha BNDES Crédito Pequenas Empresas (capital de giro) e média das taxas de juros praticadas	<b>Adotou</b>	Informações disponibilizadas no site do BNDES	
	<b>16</b>	Criar linha emergencial para pagamento da folha de salários, de forma simples, ágil e que as indústrias consigam acessar	<b>Adotou parcialmente</b>	MP 944/2020 e Resolução Bacen nº 4.800/2020	Linha de crédito criada para financiar a folha de pagamento de pequenas e médias empresas — com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões
	<b>17</b>	Aumentar o limite de faturamento máximo da média empresa para acesso a linha para pagamento da folha	<b>Pendente de análise</b>		
	<b>18</b>	Carência de 6 meses para as linhas de crédito da FINEP, BNDES PSI e dos Programas Agro do BNDES equalizados pelo Tesouro Nacional.	<b>Adotou parcialmente</b>		Medida emergencial anunciada pela FINEP em 30 de abril de 2020
	<b>19</b>	Criar linha de crédito emergencial para empresas que faturam entre R\$ 10 milhões e R\$ 300 milhões, de forma simples e ágil, para que também as indústrias de médio porte consigam acessar os recursos de capital de giro	<b>Pendente de análise</b>		



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

CRÉDITO	20	Facilitação, por parte dos bancos Públicos e de desenvolvimento, do acesso a capital de giro, inclusive para empresas que têm crédito imobiliário, com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos 6 meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias	Adotou parcialmente	Informações do Banco Central do Brasil; Resolução CODEFAT nº 850, de 18/03/20; MP nº 958, DOU de 27 de abril de 2020.	Em que pese a medida já tenha sido regulamentada, as condições não são diferenciadas e os bancos não estão operando.
	21	Prorrogação do prazo de pagamento de obrigações financeiras, com suspensão, por prazo determinado, dos pagamentos de financiamentos de bancos Públicos e de desenvolvimento	Adotou	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES	Está funcionando mediante requisição da pessoa jurídica e análise do banco
	22	Alterações na linha de crédito do BNDES baseando o crédito na Guia de Recolhimento de FGTS e GFIP, ampliação do limite de faturamento bruto para R\$300milhões por CNPJ e prazo de solicitação até 30 de setembro de 2020	Pendente de análise		
TRABALHISTA	23	Reativação do Programa Seguro Emprego (PSE)	Adotou	MP 936, de 01/04/20	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda
	24	Diferimento do recolhimento do FGTS	Adotou	MP nº 927, DOU de 22 de março de 2020 Medida Provisória nº 928, DOU de 23	Diferimento do pagamento do FGTS por 90 dias. O pagamento da remuneração das férias poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao início do gozo das férias;
	25	Facilitação do Teletrabalho			
	26	Antecipação de férias individuais			
	27	Concessão de férias coletivas			
28	Aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas				



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

TRABALHISTA	29	Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho		de março de 2020	Não há necessidade de comunicação aos órgãos oficiais e ao sindicato laboral da concessão de férias coletivas;
	30	Redução de jornada de trabalho e de salário	Adotou	Medida Provisória nº 936, DOU de 1º de abril de 2020	O prazo de duração da redução é de no máximo 90 dias e da suspensão o prazo máximo de 60 dias. ADI 6363 julgada pelo STF em 17/04/2020 reiterou que não há necessidade de aval dos sindicatos para redução/suspensão.
	31	Suspensão temporária do contrato de trabalho			
	32	Ampliação do Lay-Off	Adotou	MP 936, de 01/04/20	
	33	Suspensão dos registros administrativos	Adotou	MP 927, DE 22/03/20	
	34	Ampliação do prazo para a realização de exames ocupacionais	Adotou		
	35	Suspensão dos prazos de contestação e de recursos administrativos	Adotou		
	36	Exclusão expressa no texto de lei da doença do Covid-19 como doença relacionada ao trabalho	Adotou		MP 927, de 22/03/20
	37	Extensão emergencial do critério de dupla visita	Adotou		
	38	Custeio, pela Previdência Social, do salário dos empregados afastados devido ao coronavírus,	Adotou	Lei 13.982, de 02/04/20	As empresas poderão deduzir os valores pagos nas Contribuições à Previdência Social,



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

					limitado ao teto do INSS
	<b>39</b>	Prorrogação do prazo para implementação do eSocial, até o cancelamento do Decreto de calamidade Pública nacional	<b>Pendente de análise</b>		
	<b>40</b>	Prorrogação do prazo de gestão de Entidades Sindicais durante o período de calamidade pública	<b>Pendente de análise</b>		
	<b>41</b>	Reconhecimento da possibilidade de realização de convenções coletivas de trabalho assinadas de forma física para as MPs 927 e 936	<b>Pendente de análise</b>		
<b>COMÉRCIO EXTERIOR</b>	<b>42</b>	Prorrogação automática, por 90 dias, a partir da respectiva data de vencimento prevista, dos ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), PPEs (Pré-pagamento de exportação), NCEs (Nota de Crédito à Exportação) e demais contratos relativos aos pagamentos de operações de comércio exterior firmados em contrato.	<b>Adotou parcialmente</b>	Circular BACEN nº 4.002, de 16 de abril de 2020	Ampliação do prazo para 1.500 dias para contratação e liquidação dos contratos de câmbio, contemplando operações de ACC e ACE
	<b>43</b>	Prorrogação do prazo dos atos concessórios e solicitações dos regimes aduaneiros Drawback, Recof e Recof-Sped que vencerão até 2020	<b>Adotou parcialmente</b>	Medida Provisória nº 960, DOU de 4 de maio de 2020	Prorrogou os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback
	<b>44</b>	Prorrogação da validade das licenças de importação por 90 dias	<b>Pendente de análise</b>		
	<b>45</b>	Promover atuação coordenada e intensificada dos órgãos de fronteira para facilitar as liberações	<b>Pendente de</b>		





## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

		de carga	análise		
INFRA ESTRUTURA	46	Prorrogação do pagamento de taxas de serviços essenciais para o setor produtivo, como energia elétrica, gás e água, <b>por 90 dias</b>	Pendente de análise		
	47	Suspensão do corte de energia elétrica a consumidores residenciais e também indústria e comércio de serviços classificados como essenciais, <b>pelo prazo de 90 dias</b>	Adotou	Instrução Normativa nº 878, DOU de 24 de março de 2020	
	48	Regulação da cobrança do consumo de energia elétrica para a indústria, observando as dificuldades do período em que está decretada calamidade Pública e considerando a demanda registrada e não a contratada, devido à depressão no consumo energético, além da postergação ou do parcelamento do pagamento, com juros módicos, do fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras de forma geral, cativas ou permeadas pelo Mercado Livre de Energia, pelo prazo de três meses, prorrogáveis.	Pendente de análise		
	49	Oferecer medidas de SAÚDE e segurança ao setor essencial de transporte.	Pendente de análise		



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

		PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO ESTADUAL	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	
MEDIDAS DO SISTEMA FIERGS	50	Possibilidade de a Indústria operar suas linhas de produção a partir de 50% da força de trabalho usual em suas atividades-fim, com regramentos específicos quanto à Covid-19, atendendo as recomendações da OMS, Ministério da Saúde, e Secretaria de Estado da Saúde.	Adotou	Arts. 4º e 5º do Decreto nº 55.154, DOE de 1º de abril de 2020	A partir do Decreto estadual, Municípios iniciaram flexibilização das atividades industriais
	51	Disponibilidade para as estruturas de SAÚDE do Sesí aplicarem a testagem rápida massiva para a Covid-19, utilizando a competência acumulada nas campanhas de vacinação e a capilaridade da instituição, podendo começar em 48 horas após a primeira entrega dos kits	Em andamento		
	52	Disponibilidade do Pavilhão de Exposições para centro de diagnóstico, triagem, e hospital de campanha	Em andamento		
	53	Diferimento da cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, assim como o Imposto devido por Substituição Tributária por, <b>no mínimo, 90 dias</b>	Adotou parcialmente	Resolução CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020.	Suspensa parcela de ICMS do <u>Simple Nacional</u> , por 90 dias (não válido para ST ou DIFAL) Período de apuração de Março, vencerá em 20 de julho; de Abril, vencerá em 20 de agosto; e de Maio, vencerá em 21 de setembro de 2020.



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

TRIBUTAÇÃO	54	Suspensão dos prazos de intimações, impugnações e demais recursos ligados ao processo tributário administrativo, <b>por 30 dias</b>	Adotou	Art. 8º do Decreto nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020	
	55	Suspensão de fiscalização, autuações e inscrição em dívida ativa em relação à apuração de ICMS nos meses <b>de março a agosto de 2020</b>	Adotou parcialmente	Medida administrativa anunciada em 26/03	Ficam mantidos os procedimentos que não exigem deslocamento
	56	Renegociação de débitos tributários, <b>com carência de 90 dias.</b>	Adotou parcialmente	Medida administrativa anunciada em 26/03	Foram prorrogadas as dispensas de pagamentos antecipados de dívidas já negociadas, que vencem em março e abril, por mais 60 dias
	57	Flexibilização das regras de revogação do Programa Refaz-2019 (Decreto nº 54.853), para aqueles contribuintes que ficarem inadimplentes por três meses consecutivos; ou ainda, a interrupção dos pagamentos de parcelamentos em andamento e a retomada dos mesmos a partir de setembro	Adotou parcialmente	Instrução Normativa RE nº 32/20, DOE de 7 de maio de 2020	Exclusão do limite de 6 parcelas para parcelamento de débitos de ICMS declarados relativos a fatos geradores ocorridos após a formalização de acordo em programas especiais.
	58	Prorrogação da validade das certidões negativas de débitos vigentes, <b>até dezembro de 2020</b>	Não adotou		
	59	Suspensão dos prazos dos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, <b>por 60 dias</b>	Adotou parcialmente	Medida administrativa anunciada em 26/03	A suspensão anunciada foi pelo prazo de 30 dias



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

TRIBUTAÇÃO	60	Prorrogação de todos os estímulos fiscais até o final do ano de 2020	Adotou parcialmente	Convênio ICMS 22/20 de 3 de abril de 2020	Convênios 100/97; 52/91; 38/01; 113/06; 73/16, entre outros, prorrogados via CONFAZ.
	61	Suspensão da exigência do MDFe intermunicipal e interestadual por tempo indeterminado	Pendente de análise		
	62	Ampliação do prazo de apropriação dos créditos fiscais presumidos em, no mínimo, <b>90 dias</b>	Pendente de análise		
	63	Retorno do prazo de pagamento de ICMS, pela indústria, para o dia 21 de cada mês	Pendente de análise		
CRÉDITO	64	Abertura de linha de crédito especial no Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, com indexação pela taxa Selic, para financiamento do pagamento do ICMS referente aos meses de abril/maio/junho, com carência de noventa dias.	Não adotou		
	65	Ampliação, flexibilização e desburocratização, das linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Banco Regional do Desenvolvimento Estadual – BRDE e Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL	Adotou parcialmente	Informações disponibilizadas no site do BNDES e do BRDE	BNDES ampliou a linha de Crédito Pequenas Empresas, até dia 30 de setembro, as empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões podem solicitar capital de giro. BRDE lançou com recursos próprios a linha de crédito para capital de giro, a BRDE Recupera Sul



## ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

	66	Abertura de linha de crédito junto ao Banrisul em favor da Corsan, Demae e demais empresas fornecedoras de água potável no RS, para viabilizar o adiamento do pagamento das contas pelos usuários, por 4 meses e subsequente parcelamento em 12 parcelas.	Pendente de análise	Solicitado ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura	
TRABALHISTA	67	Piso Regional - Suspensão da tramitação do Projeto de Lei nº 35/2020, que prevê aumento de 4,5% para as cinco faixas do salário mínimo regional.	Pendente de análise	Solicitado ao Governo do Estado e Assembleia Legislativa	
REGULAÇÃO	68	Prorrogação dos prazos para atendimento a condicionantes de licenças ambientais, renovação de licenças e demais exigências obrigações ambientais, em processo físico ou eletrônico em tramitação na SEMA e Fepam	Adotou	Instrução Normativa FEPAM nº 01, DOE de 31 de março de 2020	Prazos suspensos por 30 dias, não se aplicando à renovação de licenças, que seguem operando pelo SOL - Sistema Online de Licenciamento.
	69	Prorrogação, por 90 dias, dos prazos para atendimento a condicionantes de licenças ambientais, autorizações, renovação de licenças e demais documentos exigidos pela SEMA e Fepam	Adotou parcialmente	Resolução nº 003/2020-FEPAM, DOE de 23 de abril de 2020	Prorrogação das licenças por 30 dias a contar da data de término da vigência.
INFRA ESTRUTURA	70	Disponibilização, pela CEEE e pela RGE, de meios para que o consumidor possa informar a autoleitura do medidor de luz, em alternativa à cobrança relativa ao faturamento pela média dos últimos 12 meses	Adotou parcialmente		Ofício da RGE informando que segue procedendo com a medição de consumo normalmente, recebido em 27 de abril de 2020.



Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

		MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO FEDERAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
MEDIDAS DE COMBATE À EPIDEMIA	1	Medidas que poderão ser adotadas pelo Governo para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, como dispensa de licitações	Lei nº 13.979, DOU de 6 de fevereiro de 2020
	2	Reconhecimento de estado de calamidade pública, <b>com efeitos até 31 de dezembro de 2020</b>	Mensagem ao Congresso nº 92, DOU de 18 de março de 2020
	3	Garantir o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais	Medida Provisória nº 926, DOU de 20 de março de 2020
MEDIDAS DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO	4	Priorizar e simplificar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar	Instrução Normativa RFB nº 1.927, DOU de 17 de março de 2020 e Instrução Normativa RFB nº 1.929, DOU de 26 de março de 2020
	5	Controle de exportação para evitar o desabastecimento de produtos de combate à Covid-19	Portaria SECEX nº 16, DOU de 18 de março de 2020
	6	Suspensão, em caráter temporário e excepcional, das atividades de fiscalização de peso nas rodovias federais sob a circunscrição da ANTT, <b>por 90 dias</b>	Portaria ANTT nº 117, DOU de 25 de março de 2020
	7	Facilitação na retirada de mercadoria depositada em recinto alfandegado	Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 2, DOU de 31 de março de 2020
	8	Facilitação no despacho aduaneiro e requisitos de importação	Instrução Normativa RFB nº 1936, D.O.U de 15 de abril de 2020 Instrução Normativa RFB nº 1937, D.O.U de 15 de abril de 2020 Resolução Anvisa nº 378 e 379
	9	Prorrogação de prazo para pagamento de tributos federais do SIMPLES (IRPJ, IPI, CSLL, PIS e Cofins), <b>por 90 dias</b>	Resolução nº 152 da Secretaria Especial da Fazenda, DOU de 18 de março de 2020



Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

<b>MEDIDAS TRIBUTÁRIAS</b>		
<b>10</b>	Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico-hospitalar, <b>até 30 de setembro de 2020</b>	Resolução nº 22 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 26 de março de 2020 Resolução nº 17 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 17 de março de 2020 Resolução nº 28 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 01 de abril de 2020 Resolução nº 31 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 08 de abril de 2020 Portaria Ministério da Economia nº 158 – DOU de 16 de abril de 2020 Resolução nº 32 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 17 de abril de 2020 Resolução nº 33 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 30 de abril de 2020
<b>11</b>	Suspender temporariamente, por interesse público, os direitos antidumping para importações de países e produtos determinados para facilitar o combate ao Covid-19	Resolução CAMEX Nº 23 de 25 de março de 2020
<b>12</b>	Desoneração temporária de IPI sobre bens importados ou produzidos internamente, que sejam necessários ao combate à Covid-19, <b>até 30 de setembro de 2020</b>	Decreto nº 10.285 da Presidência da República, DOU de 20 de março de 2020
<b>13</b>	Suspensão, prorrogação e adiamento de atos de cobrança da dívida ativa da União, <b>por até 90 dias</b>	Portaria nº 103 do Ministério da Economia, DOU de 17 de março de 2020



Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

MEDIDAS TRIBUTÁRIAS		
14	Disponibilização de condições facilitadas para renegociação de dívidas com a União, <b>até 25 de março de 2020</b>	Portaria nº 103 do Ministério da Economia, DOU de 17 de março de 2020
15	Condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União	Portarias nº 7.820 e 7.821 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, DOU de 18 de março de 2020
16	Diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, <b>por 90 dias</b>	Medida Provisória nº 927 do Governo Federal, DOU de 22 de março de 2020
17	Suspensão de prazos e procedimentos pela Receita Federal, <b>até 29 de maio de 2020</b>	Portaria nº 543 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, DOU de 23 de março de 2020
18	Suspensão de atos processuais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, <b>até 30 de abril de 2020</b>	Portaria nº 8.112 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, DOU de 20 de março de 2020
19	Suspensão de prazos processuais judiciais e audiências, <b>até 30 de abril de 2020</b>	Resolução nº 313 do Conselho Nacional de Justiça, DOU de 19 de março de 2020
20	Prorrogação da validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPEND), <b>por 90 dias</b>	Portaria Conjunta da RFB e PGFN nº 555, DOU de 24 de março de 2020
21	Prorrogação do prazo de apresentação de declarações (Defis e DAS-Simei) para empresas do Simples Nacional, <b>até 30 de junho de 2020</b>	Resolução CGNS nº 153, DOU de 25 de março de 2020
22	Prorrogação do prazo para adesão à transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União (DAU) prevista na Medida Provisória nº 899/2019	Portaria PGFN nº 8.457, DOU de 25 de março 2020





Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

<b>MEDIDAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>23</b>	Redução das alíquotas do Sistema S, <b>até 30 de junho</b>	MP 932, DOU de 31 de março de 2020
	<b>24</b>	Adiamento, <b>para 1º de janeiro de 2021</b> , do aumento da parcela mínima do parcelamento simplificado previsto na Lei 10.522/2002.	Portaria PGFN nº 8.792, DOU de 1º de abril de 2020
	<b>25</b>	Prorrogação do prazo final para apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física <b>para 30 de junho de 2020</b> .	Instrução Normativa SERFB nº 1.930, DOU de 1º de abril de 2020
	<b>26</b>	Redução, para zero, das alíquotas de IOF nas operações de crédito contratadas no período <b>entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020</b> .	Decreto nº 10.305, DOU de 2 de abril de 2020
	<b>27</b>	Prorrogação do prazo para recolhimento das contribuições previdenciárias, PIS/PASEP e Confins, de março e abril de 2020 <b>para julho e setembro de 2020</b> .	Portaria nº 139, DOU de 3 abril de 2020
	<b>28</b>	Prorrogação do prazo para apresentação das Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), <b>para o 15º dia útil do mês de julho de 2020</b> , das DCTF originalmente previstas para serem transmitidas até o 15º dia útil dos meses de abril, maio e junho de 2020; Prorrogação do prazo para apresentação das Escriturações Fiscais Digitais da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições) <b>para o 10º dia útil do mês de julho de 2020</b> , das EFD-Contribuições originalmente previstas para serem transmitidas até o 10º dia útil dos meses de abril, maio e junho de 2020.	Instrução Normativa SERFB nº 1.932, DOU de 3 de abril de 2020
	<b>29</b>	Suspensão dos prazos processuais no âmbito de processos administrativos sancionadores da ANTT, <b>por 90 dias</b>	Resolução nº 5.878, DOU de 27 de março de 2020
	<b>30</b>	Alteração dos prazos de entrega da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE)	Circular BACEN nº 3.995 de 24 de março de 2020
	<b>31</b>	Redução à zero das alíquotas da Contribuição para PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação e da Contribuição para Cofins e Cofins-Importação, incidentes sobre medicamento a granel e medicamento em doses, <b>até 30 de setembro de 2020</b> .	Decreto nº 10.318, DOU de 9 de abril de 2020.



Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

	<b>32</b>	Possibilidade de conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis	Lei nº 13.994, DOU de 27 de abril de 2020
	<b>33</b>	Prorrogação da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para maio de 2021	Medida Provisória nº 959/2020
<b>MEDIDAS DE CRÉDITO</b>	<b>34</b>	Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito	Resolução Banco Central nº 4.782, DOU de 16 de março de 2020
	<b>35</b>	Suspensão das prestações de financiamentos contratos até 23 de março de 2020, com vencimento entre abril e setembro de 2020, inclusive Cartão BNDES	-
	<b>36</b>	Ampliação da oferta de capital de giro para empresas com faturamento anual até R\$ 300 milhões	-
	<b>37</b>	Financiamento para pagamento de 2 salários mínimos pelo prazo de 2 meses para Pequenas e Médias Empresas com faturamento entre R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões,	Anunciado em 27/03 vigência depende de aprovação do Senado e Decreto Presidencial
<b>MEDIDAS PARA MANUTENÇÃO DE EMPREGOS</b>	<b>38</b>	Regulamenta medidas extraordinárias de teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, diferimento do recolhimento do FGTS	MP 927, DOU de 22 de março de 2020 MP 928, DOU de 23/03 MP 936, DOU de 01/04
<b>MEDIDAS AMBIENTAIS</b>	<b>39</b>	Suspensão dos prazos processuais de todos os processos que tramitam perante o IBAMA, <b>por tempo indeterminado</b>	Portaria IBAMA nº 826, DOU de 21 de março de 2020
	<b>40</b>	Prorrogação do prazo para entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP/2020), <b>por até 29 de junho de 2020</b>	Instrução Normativa IBAMA nº 12, DOU de 26 de março de 2020
	<b>41</b>	Suspensão de prazos processuais dos processos administrativos que tramitam perante à Agência Nacional de Mineração (ANM) e apreciação de requerimento de liberação de atividades, <b>até 31 de maio de 2020</b>	Resolução ANM nº 28, DOU de 26 de março de 2020 Resolução ANM nº 30, DOU de 7 de maio de 2020



Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

		MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO ESTADUAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
MEDIDAS DE COMBATE À EPIDEMIA	42	Declaração de situação de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul e estabelece lista de atividades públicas e privadas essenciais de combate à Covid-19	Dec. nº 55.154, DOE de 1º de abril de 2020 Dec. nº 55.150, DOE de 28 de março de 2020 Dec. nº 55.145, DOE de 26 de março de 2020 Dec. nº 55.136, DOE de 25 de março de 2020 Dec. nº 55.135, DOE de 23 de março de 2020 Dec. nº 55.130, DOE de 20 de março de 2020 Decreto nº 55.177, DOE de 8 de abril de 2020 Decreto nº 55.184 DOE de 16 de abril de 2020 Decreto nº 55.185 DOE de 16 de abril de 2020
	43	Suspensão dos prazos de defesa e recursais dos processos da administração pública estadual direta e indireta, <b>pelo prazo de 30 dias</b>	Art. 8º do Dec. nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020
	44	Prorrogação de pagamento das faturas de gás natural com vencimento no período entre 24 de março e 23 de abril, <b>em 30 dias</b> e parcelada em 3 vezes sem aplicação de juros e multas	Medida administrativa anunciada em 23/03
	45	Redução do atendimento da Secretaria da Fazenda, apenas atendimento virtual por <b>prazo indeterminado</b>	Decreto nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020
	46	Suspensão do encaminhamento a Protesto e inclusão no Serasa em ações de cobrança pela inadimplência e descumprimento de obrigações de natureza tributária e não tributária	Medida administrativa anunciada em 26 de março; Provimento nº 012/2020-CGJRS



Atualizado com medidas anunciadas até 7 de maio de 2020

TRIBUTAÇÃO	47	Suspensão das intimações para comparecimento presencial	Medida administrativa anunciada em 26/03
	48	Suspensão dos Registros de passagens obrigatórios nos postos fiscais de divisa com Santa Catarina	Medida administrativa anunciada em 26/03
	49	Suspensão dos vistos nas notas fiscais na entrada de importações	Medida administrativa anunciada em 26/03
	50	Suspensão das baixas de ofício das empresas	Medida administrativa anunciada em 26/03
	51	Atendimento totalmente virtual	Medida administrativa anunciada em 26/03
	52	Prorrogação do prazo para apresentação das garantias de parcelamento, <b>por 60 dias</b>	Medida administrativa anunciada em 26/03
	53	Exclusão do limite de 6 parcelas para o parcelamento de débitos de ICMS declarados relativos a fatos geradores ocorridos após a formalização de acordo em programas especiais.	Instrução Normativa RE nº 32/20, DOE de 7 de maio de 2020.
	54	Suspensão da parcela de ICMS/ISS do Simples Nacional, <b>por 90 dias</b>	Resolução CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020.